

Nas aberturas do tempo: Quilombo e contra-colonização no Brasil contemporâneo em *Torto arado*, de Itamar Vieira Jr.

In the openings of time: Quilombo and counter-colonization in contemporary Brazil in *Torto arado*, by Itamar Vieira Jr.

Thiago Martins Rodrigues¹

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a configuração do território quilombola no romance *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior. Para tanto, o quilombo é tomado como um acontecimento histórico e como uma categoria política e artística capaz de aventar possibilidades de uma descolonização cultural no Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the configuration of the quilombola territory in the novel *Torto arado*, by Itamar Vieira Junior. Therefore, the quilombo is taken as a historical event and as a political and artistic category capable of suggesting possibilities of cultural decolonization in contemporary Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: *Torto arado*; Quilombo; Contra-colonização; Brasil contemporâneo.

KEYWORDS: *Torto arado*; Quilombo; Counter-colonization; Contemporary Brazil.

1 Graduação em Letras. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UFRGS).



1. Considerações iniciais

O presente artigo tematiza, à guisa de notas iniciais, a constituição territorial, política e identitária do quilombo Água Negra no romance *Torto arado*, de Itamar Vieira Jr. (2019). A hipótese é que a narrativa da formação da consciência e da identidade da população daquela comunidade habilita, no cenário da literatura nacional recente – mas não só –, o quilombo como um tensionamento possível aos projetos coloniais de nação que atravessaram a história brasileira. O objetivo, assim, consiste em examinar a configuração do território quilombola na obra, observando-o como um acontecimento histórico e como uma categoria política e cultural capaz de aventar possibilidades de uma descolonização no Brasil contemporâneo.

Essa leitura está assentada em elementos da proposição de Antonio Candido no ensaio “Literatura e Subdesenvolvimento”, de 1970². No texto, o sociólogo e crítico literário brasileiro discute a emergência de uma “consciência do subdesenvolvimento” na literatura latino-americana já a partir dos anos 1930, mas sobretudo nos decênios de 1950 e 1960. O argumento tem um fundo histórico específico, que é o das ditaduras civis-militares em alguns países do continente, momento no qual alguns intelectuais buscavam conceber elementos de resistência frente ao contexto repressivo. Candido refere que a ideologia do “país novo”, na qual o Brasil seria uma promessa de prosperidade a ser consolidada, vigente desde o Romantismo, dá lugar a um ponto de vista agônico que convoca para a luta por uma transformação social face ao atraso do projeto colonial em curso.

Para Candido, a ficção brasileira – abarcando boa parte dos romances que convencionou-se agrupar sob o guarda-chuva do “Romance de 30” – atinge na referida década um nível significativo de obras. O otimismo patriótico dá lugar a uma visão

2 Agradeço ao amigo Ismael Freitas pela breve, mas qualificada discussão sobre o ensaio de Candido, que foi de grande valia para este texto.

mais abrangente e complexa do estado de degradação da população pobre, tido como consequência da exploração capitalista. Nesse caso, o grande contingente de romances nacionais que enfocaram a vida das classes exploradas no Nordeste do país marcou de maneira incontestável em nossa história literária a preocupação com os efeitos nocivos das desigualdades para quaisquer projeções de desenvolvimento do país. A consciência do atraso, por conseguinte, é permeada por essa inquietação diante do malogro do programa político, econômico e social conduzido pelas classes dominantes. O interesse desses romances parece ser dar a ver – não sem tensão – as formas de oposição que os sujeitos marginalizados encontraram para disputar, durante séculos de espoliação, as suas condições de existência.

Sem perder de vista as já referidas condições históricas que fundamentam o pensamento de Antonio Candido, é possível ponderar a respeito da atualidade da consciência do subdesenvolvimento, na qual se pode compreender *Torto arado*. O romance do baiano Itamar Vieira Jr. se insere nesta senda por decantar em sua narrativa, já com uma mirada própria do século XXI, a urgência de se olhar para o Outro desse país como modo de articular as possibilidades de contenção do rastro de morte e destruição deixado pelo sistema político, econômico, social e histórico que nos é imposto diuturnamente. Ante a convicção do esgotamento de um Brasil conduzido pelas classes dominantes, o autor apresenta uma composição que dá a dimensão do papel das populações subalternizadas na consolidação de uma perspectiva outra para o país. Esse papel é o de agente.

Sendo assim, o que segue está organizado em outras duas seções e as considerações finais. Na primeira, exponho uma discussão a respeito da possibilidade de que a cosmovisão de matriz africana apresente um regime de temporalidade que se difere do tempo linear e, por isso, é capaz de tensionar as narrativas dos colonizadores, as quais sistematicamente apagam os modos de vida e os embates travados pelas comunidades tradicionais por sobrevivência. Em seguida, enfatizo a



construção da identidade quilombola no romance, demonstrando a sua pertinência ao longo da história do Brasil e a atualidade de se pautar o prisma quilombola como uma crítica ao sistema colonial vigente. Por último, as considerações finais ensaiam mais perguntas do que certezas acerca da produtividade da hipótese discutida aqui.

2. As aberturas do tempo e agência negra

Uma das questões centrais para a composição de *Torto arado* é a temporalidade. O romance está dividido em três partes: “Fio de corte”, “Torto arado” e “Rio de sangue”. Ao longo das três divisões, há interposições de tempos e acontecimentos que fazem com que a narrativa seja tecida conforme a ânsia das narradoras por dar sentido para as suas vivências e descobertas. Mais que um tema de pura técnica narrativa, tal aspecto parece apontar para a assunção da ancestralidade e da cosmovisão de matriz africana e negro-brasileira como um princípio constitutivo da forma romanesca.

A dinâmica do tempo para essas tradições é analisada por José Carlos dos Anjos (2019), que formula a hipótese de uma coexistência entre passado e presente durante o culto afro-religioso dos “pretos-velhos”, não como uma representação, mas como uma efetivação. A leitura de Anjos (2019) é uma etnografia de uma manifestação afro-religiosa situada no Rio Grande do Sul. No entanto, a proposição exprimida desse contexto pode ser mobilizada enquanto princípio para outros cultos de matriz africana, como é o caso do Jarê, em *Torto arado*. Segundo o autor, no culto afro-brasileiro “se procede à decomposição da linearidade temporal que subjaz às narrativas hegemônicas da nação” (ANJOS, 2019, p. 508). Ainda nessa compreensão,

O terreiro se apresentaria então como outra forma de perscrutar o passado, que não se dá pela lembrança, mas pela recriação de séries passadas graças a artefatos que asseguram a continuidade nas séries de disposições corporais. Não se trata de presentificar o passado, como quando se evocam ancestrais, mas de compor com eles numa mesma série de eventos presentes. Em outros termos, trata-se da in-

tervenção extemporânea de um acontecimento quebrando a sequência cronológica de eventos quotidianos para nela fazer intervir outra série temporal, que faz coexistir passado e presente. (*Ibidem*, p. 509)

Deste ângulo, a história de Donana, Belonisia, Bibiana, Salustiana, Zeca Chapéu Grande e Severo deixa de pretender recuperar a simples trama de um pequeno grupo familiar no agreste baiano. Está em jogo a abertura temporal que subjaz o pensamento dessa comunidade tradicional. Essa concepção difere do tempo linear do historicismo, que sustenta a narrativa de nação dos vencedores, nos termos de Walter Benjamin (2012), na qual indígenas, quilombolas, negras e negros têm como único desfecho possível a aniquilação. Esse passado que coexiste com o presente em *Torto arado* é a escravidão, peça-chave para a hodierna consciência do subdesenvolvimento. Ao contrário de ser qualquer resquício de um passado superado, a escravidão é um sistema em constante atualização com fundamento em mecanismos ideológicos que mantêm a subalternização de pessoas negras (NASCIMENTO, 2021).

Na mesma linha, Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação*, argumenta que o racismo cotidiano é uma reencenação do passado traumático da colonização e da escravização. À vista disso, os eventos racistas a que a população negra está exposta no presente não podem ser vistos isoladamente, mas como parte de uma sucessão histórica que repõe o sistema colonial e escravista:

O racismo quotidiano não é um episódio violento na biografia de um indivíduo, como geralmente se pensa – algo que “pode ter acontecido uma ou duas vezes” –, mas uma acumulação de episódios violentos que demonstram, ao mesmo tempo, um padrão histórico de abusos raciais onde se contam os horrores da violência racista, e também as memórias colectivas do trauma colonial. (*Ibidem*, p. 239)

Esse acoplamento entre passado e presente se dá a partir de um reposicionamento dos sujeitos negros, no presente, no lugar de Outro pelos sujeitos brancos. Estes expressam, dessa forma, um desejo violento de controle dos corpos negros



e os interdita de acessar plenamente o presente, haja vista a reposição da lógica escravista produzida pelas fantasias brancas que constroem imagens coloniais dos negros. Interessam sobremaneira nesta reflexão da autora as possibilidades de descolonização dos sujeitos negros, que passa pela restituição de uma historicidade individual e coletiva que foi perdida, de modo a devolver à população negra as condições de existência como Eu.

No romance de Itamar Vieira Jr., a convivência entre o passado da escravidão e o presente de luta pelo direito à terra estruturam a narrativa. Desse modo, aquilo que a princípio parece ser narração de um acontecimento que já se foi se atualiza com base nessa intercorrência de tempos. O passado em *Torto arado* não é simplesmente narrado, mas é vivido pelas personagens, que encontram, nessas aberturas do tempo, sentido para os reveses sofridos na comunidade e possibilidades para ensejar um novo futuro. Compreender o passado colonial e dimensionar o seu alcance no presente é o que dá corpo à luta dos habitantes para assegurar o seu direito de permanecer na comunidade. Permanecer, nesse caso, significa reverter o paradigma de subalternização e colocar-se na condição de agente.

O episódio que dá início ao livro e que desencadeia toda a narrativa da comunidade é uma abertura no tempo. Quando Bibiana e Belonísia encontram a faca brilhante que a avó guardava em uma mala velha debaixo da cama, instaura-se diante do leitor diferentes regimes de temporalidade que conduzirão a história: a chegada de Donana até Água Negra, a formação de Zeca Chapéu Grande como líder tradicional e político da comunidade, a partida e o regresso de Bibiana e de Severo e o conflito com as famílias proprietárias do território. Todo esse universo se entrelaça com a ação instintiva das meninas de levarem à boca o artefato de metal assim que o viram pela primeira vez, envolto de mistérios e encantos. Para Donana, aquilo era mais do que uma traquinice infantil e por isso sua reação foi inicialmente violenta:

Em toda nossa vida, Donana nunca havia nos batido como naquele dia em que contrariamos o que considerava sagrado, violando seu passado, trazendo de volta coisas que decerto não gostaria de recordar. Nem queria que nossas mãos inocentes segurassem o motivo de suas dores, ao mesmo tempo que não gostaria de ter que se desfazer de suas lembranças por completo, porque a mantinham viva. Davam sentido ao que lhe sobrara dos dias, na mesma medida em que demonstravam que não havia sido compassiva com as dificuldades que encontrou pelo caminho. (VIEIRA JR., 2019, p. 27)

A faca havia sido roubada por Donana da casa-grande da Fazenda Caxangá. A matriarca pensou em vender o objeto para comprar roupas e calçados para os filhos em um ato que pressupunha alguma reparação pelo trabalho em condições de escravidão que exercia. Ao mesmo tempo, um sentimento de culpa assaltava a consciência de Donana, que pedia perdão a Deus e aos guias do Jarê por apossar-se de algo que não lhe pertencia. Ao deparar-se com o corte causado pela faca em uma de suas netas, a avó estava certa de que aquela história não tinha acabado e que agora recebia o castigo pelo seu ato. A presença da faca fazia coexistir o passado escravista com o presente das duas meninas que cresciam também em uma fazenda, rodeadas pelos encantados do Jarê, e deixou uma marca física e simbólica para o futuro de toda a comunidade.

Os desdobramentos desse acontecimento foram perfazendo-se ao longo do tempo. Com a impossibilidade de comunicação oral de Belonísia, ela e a irmã criaram um sistema próprio de expressão, que só era compreendido por elas. Em um momento crucial, contudo, as irmãs deixaram de compreender-se: quando Bibiana pensou ter visto um beijo entre o primo Severo e a irmã. Desenhou-se, a partir daí, um conflito familiar que culminou no rompimento da cumplicidade forjada pelo corte entre Belonísia e Bibiana e na partida desta com Severo para viver o amor que não seria bem visto por serem parte da mesma família.



Belonísia permanece em Água Negra, junta-se com Tobias e passa a vivenciar uma relação solitária. De alguma forma, essa condição contribui para aguçar o seu olhar para a comunidade e para as relações que estabelecia. O regime de temporariedade que conduz a trajetória de Belonísia não mais prescinde do doloroso episódio com a faca de Donana. Esse passado é mais uma vez repostado quando a filha de Zeca Chapéu Grande reencontra o artefato que Donana havia tentado descartar de uma vez por todas quando do acidente. O passado de Donana está entrelaçado ao presente da neta por meio desse objeto. Vale notar também que a mesma faca foi usada por Belonísia como arma de defesa contra o marido de Maria Cabocla, a vizinha por quem nutria significativo afeto.

Algum tempo depois, quando Bibiana regressa para Água Negra, ela e a irmã refletem sobre o objeto e os seus significados, tanto para a história de Donana quanto para a história das duas:

“Belô”, disse para a irmã, “o que será que fez minha avó guardar essa faca como um tesouro?” Belonísia fez a linha de sua boca ganhar a forma de um arco. “Sabe, não sei se você lembra, mas uma coisa me intrigou, não naquele tempo, éramos muito meninas, mas anos depois, quando me lembrava disso tudo”, disse, enquanto a irmã terminava de guardar a faca na sacola. O dedo indicador arqueado voltou ao corpo de Belonísia. “Por que a faca estava envolta naquele tecido sujo de sangue? Aquela mancha escura era sangue”, suspirou. “E por que minha avó guardava essa faca com tanto medo? Ela não temia outras coisas que podiam nos machucar da mesma forma, como um caco de espelho ou qualquer outra coisa.”

“Medo?”, o polegar e o dedo do meio tocaram o lugar do coração. Belonísia queria entender aonde a irmã queria chegar.

“Minha avó tinha mais medo do que essa faca significava. Temia mais o segredo que ela guardava do que que pudesse nos ferir (*Ibidem*, p. 234-235)

O segredo que a faca guardava tinha a ver com o passado em meio ao escravismo vivenciado por Donana. A matriarca, contudo, projetava borrá-lo do presente

e do futuro de suas netas. Queria que elas fossem livres, que só levassem adiante os conhecimentos sobre os encantados e sobre os feitiços e magias que pudessem usar na vida para agirem sozinhas no mundo. Donana projetava um futuro outro para Bibiana e Belonísia. O encontro inesperado com a faca rompeu com essas possibilidades, mas abriu outras e revelou a impossibilidade de que o passado não seja uma porta aberta.

A eclosão do tempo se dá em *Torto arado* à revelia do curso progressivo da história. As variações do tempo dão a ver uma possibilidade de se conceber a própria trajetória não a partir de um regime alheio à forma como os sujeitos significam suas experiências. Essa abertura na temporalidade dá aos membros dessa comunidade a possibilidade de estarem escrevendo sua própria história sem que o passado seja um objeto fechado e o presente uma óbvia consequência daquilo que já se foi. Passado e presente estão em constante atualização e disputa, fazendo emergir uma consciência própria daquilo que se é, uma consciência sobre ser sujeito no tempo. A consciência da população de Água Negra de sua condição como quilombola emerge assim: de uma compreensão crítica de que o passado e o presente se constroem simultaneamente.

3. Quilombo e contra-colonização

Não está posto desde o início da trama, nem para as personagens, nem para o leitor, que se trata de uma comunidade autodeterminada como quilombola. Tal compreensão vai sendo construída ao longo da narrativa à medida que a comunidade sente a ameaça de perder o seu lugar na terra que tanto cultivaram. Essa consciência é forjada sobremaneira pela ação de Severo e Bibiana depois que regressaram a Água Negra. Especialmente Belonísia, que não se interessava pelos conhecimentos ministrados na escola, dedicava atenção para os ensinamentos do primo:



Durante aqueles dias, voltei quase que diariamente para a casa de meus pais ou de tio Servó e tia Hermelina, onde Bibiana e Severo se revezaram em atenção. Queria escutar cada vez mais as histórias que traziam de suas passagens por outros lugares. Queria ouvir de Severo as explicações para o que vivíamos em Água Negra. Eram histórias que se comunicavam com meus rancores, com a voz deformada que me afligia e por vezes me despedaçava, com todo o sofrimento que nos unia nos lugares mais distantes. Que juntos, talvez, pudéssemos romper com o destino que nos haviam designado. Nem o mau humor e destemperos de Tobias me desanimaram a sair, até que partissem de novo, com a promessa de que logo voltariam. (*Ibidem*, p. 132-133)

O trabalho do casal consistia em disseminar na comunidade Água Negra uma compreensão de rebeldia contra os desmandos da família Peixoto. Dada a origem daquelas famílias, de descendentes de escravizados, essa contestação ao poderio dos brancos se estabelece por meio do reconhecimento daquele grupo como quilombolas. Desta forma, aquela coletividade reivindicava para si um legado de resistência ideológica, política e cultural contra as forças coloniais. O teórico quilombola Antonio Bispo dos Santos, em seu livro *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015), denomina esse processo como “contra-colonização”, que se define como “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (*Ibidem*, p. 47-48).

A historiadora Beatriz Nascimento (2021) dedicou-se detidamente a investigar a história dos quilombos brasileiros.³ Uma questão central para a autora é observar a continuidade histórica dos quilombos no período pós-abolição, considerando o legado de resistência e capacidade de organização que se constata ao longo de séculos de história. O ponto de vista de Nascimento recusa com veemência as narrativas

3 A bibliografia sobre a história dos quilombos brasileiros e hispano-americanos é vasta e diversificada. Por questões de tempo, espaço e do escopo deste artigo, há um recorte e outros textos não estão mencionados como embasamento para o argumento em torno do quilombo, mas poderiam ser agregados em desdobramentos deste texto.

historiográficas que romantizam as trajetórias dessas comunidades, reduzindo-as a uma instintiva resistência que se resumiria à mera fuga:

Este pequeno estudo se propõe, de forma simplificada, a demonstrar que a fuga, longe de ser espontaneísmo ou movida por incapacidade de lutar, é, antes de mais nada, a decorrência de todo um processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida. É o coroamento de uma série de situações e etapas nas quais estão em jogo diversos fatores: físicos, materiais, psicossociais, ideológicos e históricos (*Ibidem*, p. 129)

E a autora arremata:

Destarte, podemos concluir que, vivendo ainda sob o regime escravista oficial, o quilombo ou seus correlatos são tentativas vitoriosas de reação ideológica, social, político-militar sem nenhum romantismo irresponsável. Muito menos a fuga para o mato tem o caráter de vida ociosa em contato com a natureza, com base numa liberdade idealizada e na saudade da pátria antiga. (*Ibidem*, p. 131)

A liberdade quilombola, portanto, não é um pressuposto autoexplicativo encerrado com a fuga. O sentido da liberdade envolve o estabelecimento de uma ordem diametralmente oposta ao sistema colonial. Nesse sentido, Beatriz Nascimento (2021) enfatiza a necessidade de que as análises sobre o quilombo como um acontecimento histórico passem a considerar não só os momentos de rebelião, mas também as ordens internas que essas comunidades apresentaram enquanto assentamento social composto por pessoas livres em meio ao Brasil colonial.

Depois da Abolição, o quilombo ganha outro estatuto. Deixa de existir enquanto uma instituição que resiste ao escravismo e passa a significar um legado. Na visão de Nascimento (2021), o quilombo converte-se em um princípio ideológico:

É como caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX. Tendo findado o antigo regime, com ele foi-se o estabelecimento como resistência à escravidão. Mas justamente por ter sido durante três séculos concretamente uma instituição livre, paralela ao sistema



dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional. (*Ibidem*, p. 163)

O nexo estabelecido pela historiadora entre as disputas por uma nacionalidade brasileira e o patrimônio deixado pelos quilombos do período escravista é central para o argumento aqui. Enquanto movimento de resistência, o quilombo forja uma identidade coletiva com base em uma historicidade própria, levada a cabo pelos próprios sujeitos negros. Nesse sentido, vale considerar também a perspectiva quilombola no rol de conjecturas e ideias sobre a identidade cultural do Brasil como nação, tal como a Antropofagia dos Modernistas de 1922, por exemplo.

Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 1970 o quilombo volta como código reagente ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica. (*Ibidem*, p. 165)

Voltando a *Torto arado*, é esse histórico de luta que Bibiana e Severo tentam disseminar em Água Negra. Inicialmente, a visão rebelde dos dois esbarrava em outro tipo de liderança exercido por Zeca Chapéu Grande. O pai de santo e líder político tinha uma visão distinta sobre os significados implicados na relação de dependência que foi mantida ao longo do tempo com a família Peixoto:

Enquanto Zeca Chapéu Grande viveu, [Severo] respeitou o seu desejo de não confrontar os que lhe haviam dado abrigo. Questionar o domínio das terras da fazenda seria um gesto de ingratidão. Por isso mesmo, Severo percebeu que não poderia discutir com meu pai, seu tio e sogro, seria um desrespeito por tudo o que ele significava para o nosso povo. Zeca Chapéu Grande havia mantido os moradores da fazenda unidos, foi liderança do povo por anos, e sem permitir que infligissem maus-tratos a nenhum trabalhador da fazenda, muitas vezes interveio, sem afrontar Sutério, para impedir injustiças maiores que as que já existiam. Graças às suas crenças, havia vigorado uma ordem própria, o que nos ajudou a atravessar o tempo até o presente. (VIEIRA JR., 2019, p. 196)

A liderança de Zeca Chapéu Grande seguia uma lógica que tinha como base a sobrevivência daquela população em meio aos abusos sofridos. Seus intentos visavam garantir condições de vida mínimas para os trabalhadores que viviam em Água Negra. Quando a ameaça de perda da terra tornou-se cada vez mais próxima, esse tipo de organização passou a tornar-se insuficiente para uma reação que de fato freasse a venda da fazenda e o despejo de todos os moradores históricos da comunidade. Com a morte do antigo líder, Severo e Bibiana intensificaram seu trabalho de base para defender a necessidade de uma reação enérgica frente ao que estava por vir. A morte do antigo líder não significou um abandono completo de seus princípios, mas uma passagem de bastão. Passado e presente continuaram coexistindo, contudo, na figura de Salustiana:

Bibiana esteve mais ativa ao lado do marido. Em meio à mobilização, eu ficava de bom grado com as crianças para que ela pudesse escrever, trabalhar, andar com Severo procurando ajuda na garupa da motocicleta que ele havia adquirido. iam a sindicato, a reuniões. Voltavam, faziam mais reuniões, escondidos ora na casa de um, ora na casa de outro. Na nossa casa ocorreram muitas. Temi que minha mãe tivesse a mesma postura de nosso pai, que achasse ingratidão aquela movimentação. Mas não, ela parecia entusiasmada, desandou a contar muitas histórias, era um livro vivo. Contava as histórias dos bisavós, dos avós, da Fazenda Caxangá, onde também morou, das terras do Bom Jesus, de onde veio. Intervinha ativa, ciente da importância das coisas que sabia. A essa altura, já haviam percebido que se não fizessemos barulho para garantir nossa permanência na fazenda, não teríamos para onde ir. (*Ibidem*, p. 198)

Os mais velhos, Zeca Chapéu Grande, Salustiana e Donana, representaram muito para a luta travada pela nova geração. A permanência de Salu, vendo sua filha e seu sobrinho organizarem a resistência coloca a ancestralidade como força vital para a estruturação da luta pela sobrevivência do quilombo. A vida como escravizados que haviam presenciado e vivenciado os ancestrais serviu de esteio para que a identidade quilombola fosse fortalecida. O conhecimento da própria história depende



da transmissão oral de pessoas como Salustiana, que compartilham saberes a partir de suas vivências. Viver em uma comunidade tradicional significa não perder o seu passado de vista.

O assassinato de Severo colocou sobre os ombros de Bibiana um duplo encargo: buscar justiça pela morte do marido e manter viva a luta que haviam iniciado juntos. Com o apoio da irmã, da mãe e da comunidade, Bibiana não hesitou. Sua liderança foi sendo consolidada e é dela que parte o enunciado que redefine a comunidade de Água Negra:

Se prepararam para a guerra, como os coronéis fizeram no passado pelo controle dos garimpos. A diferença é que agora o conflito era pelo direito de morar. Mas a decisão da Justiça parecia demorar a sair, e no meio da espera o homem apareceu morto. A suspeita de imediato recaiu sobre os moradores. Muitos foram conduzidos à delegacia. Até mesmo Bibiana foi levada, junto com o filho. Lá se recordou da morte do marido, que ainda não havia completado um ano. Questionaram sobre o papel dela na desordem que relatavam na fazenda. Disse que era professora, casada por muitos anos com um militante. *Disse que era quilombola*. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombo naquela região. *“Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas”*, respondeu, tranquila, diante do escrivão e do delegado. (*Ibidem*, p. 256)

A desordem referida na delegacia consistia na construção de casas com materiais duráveis pelos moradores, ao contrário das moradias de barro que eram as únicas permitidas anteriormente. Em meio a esse movimento, Salomão, o novo dono da fazenda foi morto. O caso rapidamente tornou-se notícia e objeto de interesse de investigação policial, ao contrário da morte de Severo. Em seu depoimento, Bibiana afirma-se enfaticamente como quilombola e reitera a história da comunidade como substância.

A líder de Água Negra expressa sua liderança desde um modelo quilombista. Sem perder de vista o que diz Beatriz Nascimento (2021) sobre a conversão do quilombo em mecanismo ideológico durante o século XX, cabe referenciar a contribuição

fundamental de Abdias Nascimento (2019), que discute a categoria do quilombismo. Para o autor, o quilombismo consiste em uma “práxis afro-brasileira” (*Ibidem*, p. 282, grifo do autor), na qual os quilombos significam “uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história” (*Ibidem*, p. 281-282).

Não há quilombo sem passado, assim como a perspectiva quilombola se atualiza no presente a partir da consciência dos seus próprios sujeitos de que ainda é necessário organizar-se em torno dessa identidade coletiva. Nesse sentido, a concepção de um quilombo depende da coexistência de passado e presente em prol de uma projeção de futuro.

Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado. (*Ibidem*, p. 288)

Esse ponto de vista se afirma como contra-colonial, uma vez que o cerne da experiência do quilombo é a liberdade e a autonomia. Esses princípios se encontram em *Torto arado* como uma contestação à estrutura colonial que sustenta nosso subdesenvolvimento. A consciência do desenvolvimento se atualiza nesse sentido à medida que desnuda os mecanismos ideológicos pelos quais se produzem as desigualdades e se excluem reiteradamente as comunidades tradicionais. A construção de uma identidade quilombola toma como pressuposto a descolonização e o resgate de uma historicidade própria. A obra de Itamar Vieira Jr. insere o quilombo enquanto potência de descolonização em toda sua força no cenário cultural do Brasil contemporâneo.



4. Considerações finais

Torto arado é um romance que apresenta diferentes entradas e camadas de significação bastante densas, o que abre margem para enfoques igualmente produtivos e pertinentes. A escolha que fiz aqui partiu de um princípio historiográfico que tenta posicionar a obra em um marco teórico já suficientemente consolidado da Literatura Brasileira, que é o da consciência do subdesenvolvimento, formulado por Antonio Candido. O fiz, primeiro, por uma impressão de leitura que observa Itamar Vieira Jr. navegando com alguma tranquilidade por águas já conhecidas em sua trajetória literária. A referência imediata, ao que parece, são os romances brasileiros produzidos a partir da década de 1930, que expressaram o problema do atraso brasileiro que estava em jogo na época. Em segundo, porque não é disparatado concluir que o imbróglio da formação brasileira está longe de ser solucionado, de modo que a discussão, em termos de disputa de projetos de nacionalidade, ainda está na ordem do dia.

Há, contudo, espaço para mais: articular outras evidências formais, estabelecer mediações entre os movimentos econômicos, políticos e culturais do país, identificar avanços em relação às elaborações estéticas das questões mais espinhosas presentes no contexto brasileiro. Reforçar a visão historiográfica, no sentido de permanências e atualizações, é um exercício produtivo, nesse caso, para uma resposta mais relevante sobre os caminhos seguidos pela atual literatura nacional e o seu potencial de tensão frente ao cenário contemporâneo do país. O que *Torto arado* significa em termos de história brasileira e da nossa literatura? Que questões latentes no Brasil atual o romance contribui para atualizar?

A possibilidade de resposta que proponho neste texto diz respeito a dois aspectos relacionados: primeiro a assunção de uma cosmovisão advinda das religiões de matriz africana como constitutiva da forma do romance. Nesse sentido, a conjectura que faço, com base no referencial teórico mobilizado, é a de que passado e presen-

te se tocam especialmente a partir do episódio do corte de Belonísia com a faca de Donana. Naquele momento, de modo derradeiro, o passado daquele objeto, ligado ao período em que a avó das filhas de Zeca Chapéu Grande viveu como escravizada, materializa essa coexistência de tempos não como uma representação, mas como uma efetivação. A presença da faca e o corte que ela promove é a própria escravidão que ainda não se encerrou. E de fato as consequências daquele acontecimento dão a ver toda a dor e a violência que envolvem as trajetórias daquelas pessoas.

Se por um lado há dor nessa continuidade do passado escravista, por outro lado há a agência de construir a própria história, concebendo passado, presente e futuro como instâncias abertas em constante construção. Disputar o passado, de modo a articular a resistência no presente, é uma questão fundamental que se apresenta em *Torto arado*. Na obra está posta a imprescindibilidade do passado para uma perspectiva que se quer ancestral e que recupera um grande inventário de saberes e vivências ancestrais. Com isso, se abre como questão a relação entre as próprias narradoras e os fatos que narram. De que forma articulam essas temporalidades e como as vozes em primeira pessoa se inserem em cada momento?

O segundo elemento, associado ao primeiro, que pode indicar a contribuição do livro de Vieira Jr. para a reflexão acerca do esgotamento do colonialismo capitalista, refere-se à emergência do quilombo como um território, como identidade e como uma categoria de resistência. A configuração do quilombo de Água Negra vai sendo apresentada ao leitor à medida que as personagens entendem os significados objetivos e subjetivos implicados nessa autoafirmação. Como diz Antonio Bispo dos Santos (2015), o rompimento com as autodeterminações das populações originárias era o primeiro gesto de desumanização promovido pelos colonizadores.

Depois do período escravista, o quilombo passa a significar um legado de resistência frente à dominação colonial que se reatualiza. As populações descendentes de escravizados, ao se afirmarem como quilombolas, reivindicam para si o direito de



contar a sua própria história e de tensionar os projetos de nação que historicamente as excluem. Nesse sentido, o quilombo é alçado a uma perspectiva que rompe com a lógica colonial de tempo e de espaço. No quilombo, a temporalidade está em constante construção, sendo refeita a cada nova geração, que não deixa para trás sua ancestralidade, mas a significa de modo a construir suas próprias possibilidades de vida. O Brasil quilombola dá sinais de que ainda há muito o que contar sobre os excluídos dessa terra.

Por essa leitura, *Torto arado* traz para dentro de sua composição pressupostos que são chave para pensar a atualidade de nossa consciência do subdesenvolvimento: o passado das comunidades tradicionais como uma base para as lutas que se travam no presente e a agência desses grupos marginalizados sendo reafirmada por meio de uma identidade quilombola que não é anacrônica, já que os tempos coexistem em meio às disputas pela nacionalidade brasileira. Resta ver a produtividade dessa hipótese com outras obras contemporâneas da literatura nacional de modo a expandir o quilombo como categoria e viabilizar uma leitura da história do país e da literatura nacional a contrapelo do que assistimos até o momento.

Referências

ANJOS, José Carlos dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. *Revista de Psicanálise da SPPA*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 507-522, 2019. Disponível em: <<https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/469>>. Acesso 08 jan. 2022.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *_. A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1982, p. 140-162.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Nuno Quintas. Lisboa/POR: Orfeu Negro, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. 3 ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. In: RATTIS, Alex. (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília/DF: INCTI/UnB, 2015.

Recebido em 02/05 /2022

Aceito em 08/07/2022